

GUERRA CIVIL ESPANHOLA: coletivização e anarquismo na Catalunha entre 1936 e 1939.

*Alex Brito Ribeiro*¹

Resumo: Tendo como referência a Guerra Civil Espanhola, esse artigo elabora uma revisão histórica sobre as origens e princípios do anarquismo na Espanha, relacionando-a a um projeto político e ideológico, além de destacar o conceito de coletivização.

Palavras-chave: anarquismo; coletivização; Guerra Civil Espanhola; projeto político ideológico.

Abstract: Under the reference to the Spanish Civil War, this article draws up a historical review about the origins and principles of anarchism in Spain, related to a political and ideological project as well as highlighting the concept of collectivization.

Keywords: anarchism; collectivization; Spanish Civil War; political and ideological project.

I - Algumas palavras sobre o anarquismo na Espanha

Antes de pensarmos sobre a questão do anarquismo na Espanha, temos que ter em mente o fato de que a população espanhola vivia predominantemente do meio rural e a sociedade era dominada durante séculos pela Igreja Católica, no tocante a mentalidade, o imaginário e também no que diz respeito à educação. O ensino proporcionado pela igreja era dogmático, centralizador e excludente, ou seja, destinado a poucos, por isso não é mera coincidência que mais da metade da população espanhola era analfabeta.

¹ Professor Substituto do Colégio Pedro II – Unidade Tijuca II. Pós Graduado *Lato Sensu* pela Universidade Candido Mendes, membro do Grupo de Pesquisa: Discurso, representações e práticas sociais (UNIVERSO) e membro do Núcleo de Investigação Social (NIS – UFF).

Por conta desses fatores, os espanhóis acumulavam um histórico de explorações durante séculos pelos nobres da terra e pelos nobres da igreja. E foi nesta atmosfera que o anarquismo penetrou na Espanha em meados do século XIX.

As primeiras ideias anarquistas chegaram à Espanha através do bancário residente em Madrid, Pi y Margall em meados da década de 1850. Margall era um leitor dos textos do tipógrafo e filósofo francês Pierre-Joseph Proudhon. Das ideias do filósofo francês, a que mais lhe influenciou diz respeito às concepções federalistas. Margall também foi o autor do livro *La Reacción y La Revolución* e se tornou o principal tradutor dos textos de Proudhon para o espanhol. (WOODCOCK, 1984, p. 79).

Contudo, a questão sobre o federalismo, que tem haver com a busca por uma autonomia regional na Espanha vai mais além do que uma questão de influência ideológica. A exploração por parte do Estado centralizado e pela igreja deixou os espanhóis com muitas ressalvas em relação à centralização e somamos também como relevante contribuição às tradições regionalistas. Como coloca Max Nettlau:

Para o povo espanhol, o estatismo espanhol nunca foi outra coisa senão o regime administrativo, jurídico, militar que, por intermédio do clero, mantinha em submissão forçada, tomando-lhe tudo o que possuía, tanto em homens (soldados) como em impostos, em benefício exclusivo dos proprietários. (NETTLAU, 2008, p. 122).

Embora Pi y Margall tenha começado a traduzir os textos de Proudhon, só foi no fim da década de 1860 que a “*Idéia*” começou a ganhar eco e popularidade por toda Espanha, através das andanças de

um seguidor de Bakunin chamado Giuseppe Fanelli. (WOODCOCK, op. cit., p. 81).

Mesmo com dificuldades de comunicação por conta do idioma, Fanelli de forma impressionante, consegue propagar as ideias anarquistas, principalmente o pensamento de Bakunin por toda a Espanha. Jornais de tendências libertárias e internacionalistas foram criados como *La Federación* em Barcelona e *Solidariedad* em Madrid. Já em 1870 a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) possuía um numerário de grande expressão de filiados nas sessões espanholas, que contava com cerca de 15 a 20 mil espanhóis e dois delegados. (Id., p. 82). Com a criação da CNT (Confederación Nacional del Trabajo) em 1910, o movimento anarquista se organiza então em bases sindicais.

A CNT, como um sindicato único agrupando todos os trabalhadores e suas funções, abarcando tanto o faxineiro quanto o técnico e as reivindicações eram feitas em nome de todos, mas o sindicato não se limitava lutar apenas por melhorias das condições de trabalho, tinha como objetivo acima de tudo fazer a revolução. Como coloca Frank Mintz:

El objetivo de la CNT es el comunismo libertario, tal y como fue definido por Bakunin y Kropotkin entre otros, el sindicato se abre sin embargo a todos los trabajadores sin distinción política y religiosa. (...) El sindicalismo de acción directa² fue una táctica que respondía a las necesidades de los trabajadores. (2008, pp.18-19).

Já internamente nos sindicatos funcionavam as escolas de alfabetização, onde o próprio trabalhador depois do seu expediente

² A ideia consiste em recusar o máximo possível às negociações diretas do patronato, exigindo a satisfação do máximo das reivindicações dos trabalhadores. (Frank Mintz) Ver LEVAL, Gaston; BERTHIER, René & MINTAZ, Frank. (2002).

exercia a função de professor, ou melhor, de educador. A busca pela revolução era também a busca pela auto-gestão, onde os meios de produção não seriam mais controlados pelos patrões ou pelo Estado (Estatização) e sim pelos próprios trabalhadores, seria a gestão direta dos *obrerros*.

No lugar do proprietário, figura estéril na economia, teremos um Conselho de empresa, de fábrica, de granja ou de qualquer outra especialidade de trabalho. Este conselho será constituído por operários, empregados e técnicos que representem o pessoal da empresa, da mina, do navio, etc., e será nomeado pelo próprio pessoal, sendo destituível a qualquer momento, modificável sempre que preciso, se assim julgar conveniente. (SANTILLÁN, 1980, p. 90.)

Diego Abad de Santillán, um militante anarquista contemporâneo ao conflito, desenvolveu a tese dos Organismos Econômicos, tese esta desenvolvida antes da revolução, que consiste em uma nova estruturação para a vida econômica da Espanha após a revolução. Ele divide os organismos em dezessete principais conselhos, como: o Conselho do ramo do transporte, Conselho do ramo da saúde, entre outros. Santillán, afirma que: “é o organismo que haverá de resolver os problemas cotidianos e imediatos da revolução e, para nós, este organismo não pode ser outro senão o do trabalho organizado sem intervenções de Estado e sem intermediários e parasitas da propriedade privada”. (Id., p.88).

Cada Conselho abarca toda a produção e distribuição de um tipo de atividade específica em uma determinada região espanhola. Cada região, dependendo de suas necessidades, deveria estabelecer quais os

ramos de atividades específicas que seriam necessárias para a economia local; entretanto, cada conselho estaria vinculado a um Conselho local de economia que, por sua vez, estaria vinculado ao Conselho regional da economia e que, por fim, estaria ligado ao Conselho federal da economia. Com isso cada região teria o seu poder de decisão, seguindo assim os pensamentos de Bakunin:

A base de toda organização política de um país deve ser a comuna absolutamente autônoma, representada sempre pela maioria dos sufrágios de todos os habitantes – homens e mulheres em igualdades – maiores. Nenhum poder tem o direito de intrometer-se em sua vida, em seus atos e em sua administração interna. (2009, pp. 31-32).

O anarquismo, como ideologia e estratégia, foi à maior bandeira de luta por parte dos espanhóis do início do século XX, que culminará no processo de coletivização durante a Guerra Civil. A divisão da sociedade em federações livres, o fato de ser mais prático do que teórico, a militância não era gerida por uma vanguarda intelectualizada, vocação para a informação, com diversos jornais e periódicos, vocação para educação e uma cultura libertária. Estes foram alguns fatores para que o anarquismo preenchesse as lacunas de uma vida simples, porém extremamente digna e revolucionária.

II - Reflexões sobre a ideia de coletivização

O processo de coletivização se deu praticamente em todas as regiões da Espanha, mas cada região tinha a sua particularidade, como é o caso da Catalunha. O texto a seguir não tem o objetivo de conceituar ou diminuir o papel de uma orientação política em detrimento da outra, o texto busca discutir o processo, a ideia de coletivização tendo como

pano de fundo a Catalunha, buscando debater as ideias presentes naquele momento na região.

A coletivização na Catalunha se inicia em meados de 1936 quando as tropas golpistas foram derrotadas em uma das primeiras batalhas da Guerra Civil. Essa derrota se deu principalmente pelas mãos das milícias anarquistas formadas por trabalhadores.

A vitória na batalha fortaleceu as tropas milicianas juntamente com os movimentos anarquistas e seus aliados. Contudo, também provocou a desintegração do aparelho do Estado catalão e, além disso, alguns donos de empresas fogem da região, abandonando suas fábricas, deixando-as livres para os trabalhadores que assumiram o controle das mesmas dando-lhes um novo tipo de organização e funcionamento interno.

Sobre os trabalhadores, é importante destacar que o processo de coletivização se dá principalmente pela espontaneidade dos *trabajadores manuales*, ou seja, eram aqueles que exerciam trabalhos manuais, não os intelectuais ligados a um movimento ou a um partido.

Logo, as coletivizações na Catalunha nasceram pelas mãos sofridas e calejadas de seus trabalhadores, com o objetivo de realizar uma ampla e profunda transformação social, que ao longo do tempo viam absorvendo as ideias do anarquismo através de diversas fontes, como folhetos, jornais, entre outros. Temos que somar a esses fatores a questão da autonomia Catalã que está muito presente no seio da classe trabalhadora, encaixando-se dentro do sistema de federações livres.

Assim como para os espanhóis como um todo, os catalães viam as coletivizações como um processo de revolução, sendo o exercício de uma democracia direta, sem as ordens dos patrões ou de nenhuma instituição controladora. Como coloca Antoni Duran:

Los coletivistas pretendían llevar a término la transformación de la propiedad individual de los medios de producción en propiedad colectiva y establecer el ejercicio directo de la dirección y control de la actividad productiva por los trabajadores, con la finalidad de avanzar en la construcción de una sociedad más libre e igualitaria. (1996, p. 12).

Os trabalhadores buscavam a auto-gestão, tendo como objetivo obter o controle direto das propriedades e dos meios de produção e colocá-los a disposição da comunidade a fim de que todos possam gerir-los para que tenham uma vida digna, justa e livre.

Os coletivistas assumiram um importante papel dentro da política, economia e sociedade da Catalunha, mas não eram apenas anarquistas os representantes da dita “*esquerda*”, havia também os socialistas marxistas ligados principalmente ao PSUC (Partido Socialista Unificado da Catalunha) e a UGT (União Geral dos Trabalhadores), sindicato de orientação marxista.

Para Duran, as diferenças mais importantes entre as duas concepções dentro da experiência Catalã tinham haver com os critérios em relação à repartição do produto ou da riqueza social e o papel a ser desempenhado pelo Estado na econômica. Poderia ser somada como ingrediente a essa sopa de diferenças, a forma como o trabalhador era visto pelas duas ideologias.

Um importante ponto para o debate se trata da questão do salário, a remuneração que o trabalhador deveria receber por seus serviços prestados. Para os marxistas, a distribuição da riqueza deveria ser proporcional ao seu trabalho, já para os anarquistas a riqueza deveria ser distribuída segundo as necessidades individuais, independente do tipo de trabalho realizado. Entramos em um aspecto interessante sobre as duas concepções, a discussão sobre a remuneração. Mintz escreve que essa questão seria o retorno do debate entre anarquismo e marxismo iniciado na Primeira Internacional por Bakunin e Marx (ver MINTZ, 2008).

Os anarquistas que tinham como objetivo a coletivização entendiam que a remuneração do trabalhador deveria ser feita na forma de salário único, independente da função exercida ou o tipo de trabalho realizado sendo técnico – intelectual ou manual. O salário deveria ser o mesmo para todos os trabalhadores, partindo do princípio que o salário deveria ser de acordo com as necessidades individuais de cada um.

Para os marxistas que tinham como propósito o processo de estatização³, entendiam que a remuneração deveria ser diferenciada, de acordo com a função do trabalhador e quantidade de trabalho feito ou produção realizada. Este é um ponto importante no que diz respeito às diferenças entre as concepções, pois o que se discute na verdade seria o papel do trabalhador no processo de produção, como indivíduo produtor. Segundo Duran, os anarquistas entendiam o “indivíduo como sujeito de

³ Quando o Estado tem a direção das indústrias e dos serviços.

necesidades que precisa satisfacer, (...), la marxista, ortoga al individuo como productor de bienes.” (DURAN, op. cit., p. 22).

Nesse sentido, segundo a concepção marxista, a questão do salário estaria ligada a ideia de indivíduo produtor, pois a hierarquização dos rendimentos estimulava o trabalhador a produzir cada vez mais. Para justificar o que estamos dizendo, citaremos um trecho do informe da UGT de 1937: “El salario único quita el estímulo de la capacitación en los obreros, ya que no ven compensación, (...) no sólo se niega la recompensa y la retribución del obrero capacitado y la posibilidad de capacitarse”⁴

Para os marxistas se fazia necessário esse estímulo, pois o que era produzido deveria ir para o Estado, logo era importante uma produção em grande escala. Diferentemente dos anarquistas que viam essa ideia com muitas ressalvas, pois estimularia o trabalhador a pensar como burguês, em acúmulo de bens, no enriquecimento, nos privilégios, ocasionando o fim da sociedade transformada pela revolução, recriando uma sociedade desigual e burguesa.

A citação a seguir pertence ao periódico libertário *Tierra y Libertad* de Barcelona:

La igualdad es la base primera de cualquier régimen justo. Y la igualdad no estriba en la posesión común de los medios de producción, en la socialización de estos medios, sino en la distribución equitativa, que ponga a todos en el mismo nivel cuando se trata de satisfacer necesidades físicas o intelectuales que no distinguen edad ni sexo, ni se detienen a preguntar al individuo si es más o menos dotado o si manejando la fábrica ha obtenido más o menos frutos. (16/01/1937 Apud DURAN, op.cit.)

⁴ Fragmento do informe da UGT retirado do livro de Antoni Castells Duran, que usou o texto de Frank Mintz (1977, p. 206).

As citações anteriores buscam dar argumentos ao que estamos discutindo, pois não é um simples debate em estabelecer o salário único para o trabalhador ou não, a questão é muito mais profunda que envolve o Estado e a sua participação na economia.

Para os anarquistas a desigualdade e a hierarquização ainda estaria presente na sociedade com a manutenção da diferenciação salarial, gerando uma contradição no que diz respeito à ideia de revolução, pois para os anarquistas, cada trabalhador teria a consciência de que a igualdade seria uma das forças que movem a revolução. Além disso, o trabalhador coletivizado teria o poder de decisão em relação à produção, sendo assim, o trabalho seria desempenhado ao máximo a fim de desenvolver a produção, pois no fim todos os integrantes da coletividade se beneficiariam com os logros obtidos pelo trabalho realizado.

No que diz respeito à concepção marxista, o trabalhador estaria a serviço do Estado, logo não trabalha para si ou para o coletivo, sendo ele então um funcionário do próprio Estado. Para que o trabalhador tenha motivação de aumentar a sua produção seria necessário então dar-lhe uma recompensa que consistiria em uma remuneração diferenciada.

Cada concepção tem uma linha de pensamento em relação ao Estado, os marxistas defendem um Estado forte e centralizado, defendendo o que Marx chamou de “Ditadura do Proletariado” e que foi amplamente usado por seus seguidores. Para Marx:

O proletário utilizará seu domínio político para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado como classe

dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível a massa das forças produtivas. (MARX & ENGELS. *Manifesto do partido comunista*, p. 37.)

Os anarquistas defendem ruptura total do Estado juntamente com todas as instituições que o cercam, lutavam pelo seu fim. Bakunin dizia que o Estado era a negação da humanidade, pois para ele:

O Estado outra coisa não é senão a garantia de todas as explorações em proveito de um pequeno número de felizes privilegiados em detrimento das massas populares. Ele se serve da força coletiva e do trabalho de todos para assegurar a felicidade, a prosperidade e os privilégios de alguns, em detrimento do direito humano de todos. (BAKUNIN, 1989, pp. 53-54).

As coletivizações anarquistas na Catalunha significaram o fim do poder do Estado e algumas delas conseguiram abolir também o dinheiro, com o objetivo de transformar as formas produtivas e colocá-las nas mãos dos trabalhadores.

Estima-se que na Catalunha tenha existido cerca de 297 a 400 coletividades agrícolas e quase 80 % das indústrias estariam em poder dos trabalhadores, já em todo o território espanhol calcula-se que tenha existido aproximadamente um total de 758.000 coletividades na agricultura e 1.080.000 na indústria. A partir destes números podemos chegar a um total de coletividades em toda a Espanha, tendo existido de forma aproximada um número mínimo de 1.838.000 coletividades. (MINTZ, op. cit., p.101-2).

III - Considerações Finais

As coletivizações representaram um marco para a história dos espanhóis e para a história dos movimentos sócias e porque não dizer para a história das revoluções. A revolução social ocorrida na Espanha

foi muito importante para o seu povo que, ao longo de vários séculos eram submetidos à exploração do capital, da fé e do poder.

Embora tendo durado aproximadamente três anos, a qualidade de vida da população espanhola melhorou muito, o povo passou a ter acesso a serviços como: educação, saúde, alimentação, cultura, higiene, entre outros. Além disso, puderam participar ativamente das decisões tomadas pelo coletivo, puderam aprovar e desaprovar, consultar e ser consultados por todos, algo que lhes foi negado por várias gerações.

É importante destacar que a revolução começou pelas mãos cheias de calos e manchadas pelo sangue das batalhas dos militantes anarquistas. Mãos estas que pertenciam a mulheres e homens simples, em sua maioria de trabalhadores manuais, ou seja, trabalhadores não especializados, não era a tal classe específica dotada do dever histórico de fazer a revolução e sim um movimento que unia todos os trabalhadores do campo e da cidade. Com objetivos comuns, de prover ao povo espanhol a tão sonhada liberdade e a igualdade, uma revolução feita de baixo para cima.

Não podemos em momento algum diminuir, negar ou não reconhecer que, a experiência espanhola do final da década de trinta dos anos de 1900 foi de fato uma revolução e que mudou de forma profunda e muito significativa a vida de milhares de pessoas. Embora esta revolução tenha sido realizada por anarquistas, devemos observar com atenção e de forma honesta os erros e os acertos acerca deste acontecimento, que em nossa opinião os acertos foram superiores.

Infelizmente por conta deste fundamentalismo ideológico, as coletivizações e os seus participantes anarquistas estão sendo, ou melhor, já foram esquecidos pela “*grande história*”, por acreditarem em uma ideologia que aos olhos de muitos, é vista apenas como sinônimo de bagunça.

Por ser um sistema revolucionário de auto-gestão operária e anarquista, as coletivizações sofreram perseguições que vieram de todos os lados, pela direita conservadora e fascista e também pela dita esquerda que era representada principalmente por parte do próprio Estado espanhol.

Na Catalunha as estruturas do poder estatal foram recompostas, essa reorganização se deu sob o comando de socialistas ligados ao Comintern, também chamado de terceira internacional comunista que durou de 1919 a 1943, a URSS de Stalin. Iniciando então um processo de estatização da economia, tomando as indústrias das mãos dos trabalhadores e pouco a pouco colocando-as a disposição do Estado e de toda a sua hierarquia e burocracia.

Referências Bibliográficas

BAKUNIN, Mikhail. *Revolução e liberdade: cartas de 1845 a 1875*. São Paulo: Hedra, 2010.

_____. *Catecismo revolucionário: programa da sociedade da revolução internacional*. São Paulo: Imaginário/Faisca, 2009.

_____. *O princípio do Estado: três conferências feitas aos operários do vale de Saint-Imier*. Brasília: Novos Tempos Editora, 1989.

BERTHIER, René. *Poder, classe operária e “ditadura do proletariado”*. São Paulo: Ed. Imaginário, 2010.

- CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CNT. *A guerra civil espanhola nos documentos libertários*. São Paulo: Imaginário, 1999.
- DURAN, Antoni Castells. *El proceso estatizador en la experiencia colectivista catalana (1936-1939)*. Salamanca: Nossa y Jara Editores, 1996.
- KROPOTIKIN, Piotr. *O princípio anarquista e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2007.
- LE LIBERTAIRE & LE MONDE LIBERTAIRE. *Espanha libertária: a revolução social contra o fascismo*. São Paulo: Ed. Imaginário, 2002.
- LEVAL, Gaston, BERTHIER, René & MINTZ, Frank. *Autogestão e anarquismo*. São Paulo: Editora Imaginário, 2002.
- _____ & BAKUNIN, Mikhail. *Bakunin, fundador do sindicalismo revolucionário: a dupla greve de Genebra*. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2007.
- MALATESTA, Errico. *Escritos revolucionários*. São Paulo: Novos Tempos, 1989.
- MARK, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. In: _____. *Obras escolhidas*, vol. I. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.
- MINTZ, Frank. *Autogestión y anarcosindicalismo: en la España revolucionaria*. 1 ed, Buenos Aires: Libros de Anarres, 2008.
- NETTLAU, Max. *História da anarquia: das origens ao anarco-comunismo*. São Paulo: Hedra, 2008.
- SANTILLÁN, Diego Abad. *Organismo econômico da revolução: a autogestão na Revolução Espanhola*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SOUCHY, Agustin & FOLGARE, Paul. *Colectividades: la obra constructiva de la revolución española*. Catalunya: Impressors Socials, 2007.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa – a árvore da liberdade*. 4 ed, Tomo I, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- WOODCOCK, George. *Anarquismo: uma história das ideias e movimentos libertários*. Vols. I e II. Porto Alegre: L&PM, 1984.

* * *